

A hora e a vez dos liberais

RUBEM DE FREITAS NOVAES

Com o fracasso recente das experiências heterodoxas de combate à inflação (a Argentina de Alfonsín e o Brasil são os melhores exemplos) e com o sucesso de diversas experiências liberalizantes e ortodoxas (Bolívia, México, Chile, Alemanha etc.), cabe examinar com mais cuidado a opção liberal de ajustamento econômico, principalmente no contexto de nosso país.

No mundo de hoje, os adeptos do liberalismo se espalham por todas as regiões do planeta e comandam a política econômica na maior parte dos países do Ocidente estáveis e prósperos. Mesmo governos ditos de esquerda, quando premidos pela necessidade de apresentar resultados, apelam para economistas adeptos do liberalismo para assessorá-los ou exercer o comando dos principais postos econômico-financeiros.

A doutrina liberal se resume nos seguintes princípios básicos:

a) Não há liberdade política sem liberdade econômica. A soberania política do povo, expressa no voto, tem correspondência na soberania do consumidor, expressa no mercado. A liberdade de expressão, credo religioso, ir e vir, escolha ideológica etc., tem correspondência na liberdade de empreender, negociar e contratar o trabalho.

b) O homem público não é o "senhor" mas sim o "servidor" daqueles que o escolhem e pagam os impostos. O Estado subordina-se ao cidadão, e não o contrário.

c) A igualdade de renda é desejável mas não deve ser garantida pelo Estado. O que deve ser garantida é a igualdade de oportunidades, como critério básico de justiça e eficiência.

d) Decorre do preceito anterior que a ação do Estado deve estar voltada fundamentalmente para a educação, saúde e nutrição da criança, e que o planejamento familiar deve ser estimulado entre as famílias de baixa renda.

e) Na ação social do Estado deve-se levar sempre em conta que "mais vale ensinar a pescar do que dar o peixe" e que, quanto maior a descentralização das ações, maior será sua eficácia e menor o desperdício.

f) A empresa privada, com o incentivo do lucro e a punição da falência, é o instrumento mais eficiente para produção e comércio. O papel do Estado deve, portanto, ser definido com clareza, e os setores não considerados como atividades precípua suas devem ser privatizados, da forma mais aberta e transparente possível.

g) Mas, para que a empresa privada seja realmente eficiente, ela tem de estar exposta à competição interna e externa. Reservas de mercado, incentivos, subsídios e barreiras ao comércio devem ser levados a um nível mínimo, senão eliminados.

h) Nenhum sistema centralizado é capaz de substituir, com vantagens, o regime de mercado e a sinalização dos preços livres, embora se reconheça a existência de imperfeições que justificariam, em tese, a intervenção governamental. Deve-se levar em conta, no entanto, que o governo, na maioria das vezes, ao tentar intervir, acaba criando mais distorções do que as que pretende eliminar.

i) Quando inevitável a interferência do governo no livre jogo do mercado, esta deve se dar sob a forma de regras simples, estáveis e automáticas. O poder discricionário concedido a autoridades públicas é fato gerador de incertezas, inibe a iniciativa empresarial e cria o ambiente propício à proliferação da corrupção em larga escala.

j) Não pode haver qualquer sentimento xenófobo em relação ao capital estrangeiro. Os investimentos externos e a negociação da dívida devem ser considerados pelo prisma do pragmatismo, tendo em vista tão somente os objetivos de crescimento econômico,

Sem liberdade política não há liberdade econômica bem-estar social e melhoria das condições de renda e trabalho da população. (O que não quer dizer que o pragmatismo, na questão da dívida externa, não esteja a recomendar uma posição dura na negociação com os bancos credores).

k) Na administração das contas públicas, não se deve fugir aos princípios que norteiam a administração de uma empresa privada, ou mesmo das contas familiares. A "caixa" deve ser unificada e só se deve gastar o que se tem. O equilíbrio orçamentário, em nosso caso, deve ser buscado, principalmente, através do enxugamento da máquina estatal, da eliminação de subsídios e incentivos e do combate à sonegação fiscal.

l) O controle da moeda não é tudo, mas importa muito no controle inflacionário. A médio e longo prazo, é o fator determinante na formação do nível geral de preços. Cumpre, portanto, restabelecer a capacidade de controle sobre a expansão da moeda, inclusive com reformas no nosso sistema monetário.

m) Os agentes econômicos são sofisticados e suas expectativas se formam segundo padrões de racionalidade. Se o governo tem credibilidade, apoio político, equipe e se propõe a fazer as coisas certas, pode contar de imediato com as variáveis "psicológicas" (expectativas de inflação, ânimo empresarial para investir e produzir, etc.) a seu favor, o que é fundamental para o êxito de qualquer programa econômico.

Se estes princípios são postos em prática e levados à risca, é certo que a inflação cai; restabelece-se, depois de curto espaço de tempo, o crescimento econômico,

e toda a economia começa a operar em níveis maiores de eficiência. Se assim é, por que tanta dificuldade e resistência em adotá-los?

A verdade é que há uma longa tradição intervencionista impregnada na cena política brasileira. Muitos, de boa fé, realmente acreditam que uma forte ação do Estado pode nos conduzir a um País melhor. Outros são seduzidos pelo poder que um Estado produtor e controlador confere a seus governantes. Esta mescla de bom-mocismo com sede de poder acabou por produzir um monstro ineficiente que hoje entrava o desenvolvimento de nosso País.

Presentemente, temos candidatos liberais com chances de ocupar a Presidência da República. E o apoio popular é grande para empreender uma ampla reformulação neste Estado que aí está, hipertrofiado, incapaz e corrupto. Ora, se podemos eleger um presidente com convicções liberais, se o povo apóia uma plataforma política com contornos fortemente liberais, o que mais falta, neste período pré-eleitoral, para "passar" a confiança de que o País poderá sair do atoleiro em que se meteu? Falta, a nosso ver, a formação de uma equipe forte, coesa, eficiente e, principalmente, homogênea para governar o País.

Ocupar os espaços de administração pública não é tarefa fácil. As pessoas escolhidas têm de ter identidade com a estratégia formulada pelo presidente, competência, entrosamento e muita convicção para resistir às tentações do poder. Com uma miscelânea de nomes, por mais respeitáveis que sejam, retirados das mais diferentes correntes políticas, nada se conseguirá. A resultante das forças contrárias será nula.

Hoje todos se arvoram de liberais e elogiam a ortodoxia econômica. Partidos de esquerda pregam o "banho" de capitalismo. Economistas ilustres, ligados ao socialismo, falam da necessidade da adoção de um monetarismo radical e da reabertura de nossas portas para o Exterior, como condições necessárias para o combate à inflação. Nós, liberais de longa data, aplaudimos, mas ficamos desconfiados em relação a esses novos companheiros. Não haverá neles uma pomba de oportunismo? Encastelados no poder, terão mesmo a convicção de partir para um programa liberal, abandonando velhos conceitos e amizades e décadas de pregação intervencionista?

Na dúvida, que se faça, com os liberais, a transformação liberal que a Nação, cansada de suportar os ônus de um modelo esbanjador, estatizante e excessivamente controlador, está a exigir.

□ Rubem de Freitas Novaes é Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago, sócio-gerente da Projeção Consultoria Econômica Ltda. Foi diretor do BNDES, presidente do Cebrae e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-Rio.